

A controvérsia da nova classe média brasileira

Ualace Roberto de Jesus Oliveira¹

¹ Mestrando em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil. E-mail: ualacejesus@bol.com.br

RESUMO: No presente trabalho será abordada a visão de alguns autores sobre a controvertida temática da “nova classe média”, destacando, assim, as diferenças conceituais e metodológicas existente entre a visão dos partidários da concepção de que há uma “nova classe média” brasileira e daqueles que são contrários a tal concepção. No presente trabalho serão discutidos também os avanços sociais ocorridos no Brasil nas ultimas décadas. Não obstante, a tradicional classe média também será discutida nesse processo, uma vez que para compreender o “fenômeno” que gerou a primeira é necessário entender a segunda, fato que permitirá, inclusive, possíveis comparações entre esses dois grupos.

Palavras-chave: “Nova Classe Média”. Demanda Agregada. Salários”.

The controversy of the new Brazilian middle class

ABSTRACT: In this study will look at the view of some authors regarding the controversial issue of "new middle class", thus highlighting the conceptual and methodological differences existing between the views of supporters of the idea that there is a "new middle class" and those Brazilian that are contrary to this concept. In this study will also be discussed the social advances made in Brazil in recent decades. However, the traditional middle class will also be discussed, as to realize the "phenomenon" that generated it is necessary to first understand the second, which will indeed even possible comparisons between the two groups.

Keywords: "New Middle Class". Aggregate Demand. Wages".

1 Introdução

No imediato pós-guerra, o modo de produção capitalista vivenciou um dos momentos mais importante de sua história econômica. No chamado “anos dourados do capitalismo” alguns países tiveram expressivo crescimento econômico, configurando um episódio que a literatura econômica chama de “milagre econômico”.

Nesse processo o fordismo teve contribuição fundamental por meio de políticas que beneficiavam a classe trabalhadora, fato que corroborou, para fundar uma sociedade pautada no Estado de Bem-Estar social. Porém a prosperidade desse processo perdura até a década de 1970, pois os fundamentos que os sustentava passaram a apresentar sinais de decadência: o investimento privado e a rentabilidade

das empresas passaram a cair, e nesse interim a produtividade também passou a declinar. Com a crise do paradigma keynesiano o papel do Estado na economia foi revertido, cedendo espaço para o neoliberalismo econômico, este que por sua vez advogava a tese na qual o Estado deveria intervir minimamente na economia, além da austeridade fiscal.

Os efeitos das políticas neoliberais foram sentidos também no Brasil com mais intensidade na década 90, haja vista a adesão do país ao receituário do FMI via consenso de Washington. O Brasil, assim, passou a registrar acentuadas quedas na taxa do crescimento e a enfrentar problemas sociais graves como desemprego, recessão e hiperinflação.

Mas a partir de 2003, ocorreu um importante fato no Brasil que consistiu na ascensão social de mais da metade da população que se situa na base da pirâmide. Tal fato resultou das políticas de distribuição de renda que foram adotadas, associada à estabilização da moeda após muitos anos de elevados índices de inflação e a políticas de valorização do salário mínimo. Diante de tal fato muitos autores tem vociferado que há no país uma “nova classe média”.

Laumonier e Souza (2010) apontam que o crescimento da classe média nos países emergentes é um dos fenômenos sociais e econômicos mais importantes da história recente e dentre os fatores que o deflagrou esta a extraordinária prosperidade da economia

mundial nos 20 anos que antecederam a crise de 2008-2009.

Contudo a ideia de que há no país uma nova classe média tem suscitado polêmica por dois motivos fundamentais: primeiro, a sociologia não analisa a sociedade pelo critério de classe econômica como muitos autores tem feito, e sim pelo de classe social; segundo, a ideia nova classe média está relacionada apenas com a questão consumo de bens e serviços e da renda corrente.

O artigo tem por objetivo discutir os recentes avanços sociais que contribuíram para formação de uma “nova classe média” no Brasil, isto é, a nova classe C e as polêmicas que a envolve.

O artigo justifica-se com intuito de entender os conceitos referentes à temática da nova classe média brasileira.

Para tanto o artigo foi subdividido em quatro partes. Na primeira seção deste trabalho serão discutidas, brevemente, a formações de classes médias no período do pós-guerra. Na segunda seção será discutida sucintamente a temática referente à classe média brasileira. Na terceira seção será observada a visão dos principais autores concernente ao referido tema.

Quanto aos aspectos metodológicos, este pesquisa pode ser considerada de caráter exploratório, conforme seus propósitos. Para os procedimentos do estudo foi feito um levantamento bibliográfico, para conhecimento mais aprofundado do referencial teórico.

2 Breve histórico sobre a classe média no imediato pós-guerra

De acordo com Belluzo (1995) os Estados Unidos foi a nação hegemônica durante os primeiros vinte anos do pós-guerra e tal fato decorria de sua supremacia industrial, financeira e militar. Segundo o autor supramencionado, sob o manto desta hegemonia foram reconstruídas as economias da Europa e do Japão e criadas às condições para o avanço das experiências de industrialização na periferia do capitalismo. Com o plano Marshall, os EUA passaram a cooperar de forma ativa na reconstrução dos países envolvidos diretamente no conflito, fato que possibilitou a tais países crescer sem que houvesse pressão na suas respectivas balanças de pagamentos.

Segundo Wanderley (2011) *apud* Arrighi (2001), iniciou-se no pós-guerra uma reestruturação profunda no espectro político e econômico. Uma nova ordem mundial foi criada sob a hegemonia americana, que no final dos anos 40 detinha o monopólio da liquidez internacional. No fim da guerra o saldo em conta corrente era muito mais alto que o da conta comercial, a centralização financeira mundial foi ainda maior:

Mudanças substanciais foram introduzidas e várias áreas através da criação de vários organismos internacionais, a exemplo da ONU, FMI, BIRD e tantos outros. Essa concepção demonstra um rompimento com a economia ortodoxa e segue um roteiro keynesiano, com o Welfare Sta-

te (WANDERLEY, 2003 *apud* ARRIGHI, 2001).

Ainda de acordo com Belluzo (1995 *apud* ALLIENZ, 1988) um elemento importante nesse processo foi a criação de um mundo fundado sobre o direito ao trabalho que tinha como objetivo o pleno emprego e o crescimento dos salários reais. Assim:

Promover a dinâmica, onde o crescimento dos salários ocorre em benefício dos lucros que eles engendraram, implicou uma modificação no papel do Estado. Este, não apenas ratificou e garantiu os acordos de produtividade, mas também manteve, quando não planejou, a dinâmica revestida por eles: por um lado estimulou o consumo dos assalariados através do aumento das transferências sociais e, por outro, sustentava os investimentos produtivos controle das taxas de juros e política de investimentos públicos (BELUZZO, 1995 *apud* ALLIENZ 1988).

Todavia esse ciclo virtuoso apresenta sinais de falência na década de 70. Contribuiu para tal fato o “choque do petróleo”, juntamente com o processo de desindustrialização nos EUA, associado ao aumento do desemprego na Europa e ao advento da reestruturação produtiva. Tais eventos contribuíram para reformulação do papel do estado na economia, com efeitos negativos, inclusive, sobre as classes médias. Para Guerra (2003 *apud* TOURAINE, 1999) a reestruturação produtiva reduziu hierarquias funcionais, limitando o gera-

dor de empregos assalariados da classe média no interior do setor industrial. Nesse processo, houve uma transformação no seio da classe média assalariada, expressa pela concentração crescente dos postos intermediários na estrutura ocupacional no setor terciário da economia, não mais necessariamente vinculados ao tradicional emprego assalariado:

Trata-se de um conjunto de novas oportunidades ocupacionais de classe média indiretamente contratada no âmbito das cadeias de produção mundial e empresas em rede. Essa novidade na sociedade de serviços rompe com a tradicional classe média assalariada no interior da grande empresa industrial (GUERRA et al, 2006).

Como nos lembra (POCHMANN, 2013, p. 159) “a passagem do fordismo para o toyotismo terminou sendo acompanhada pela crescente instabilidade nos destinos ocupacionais, distante da incorporação dos ganhos de produtividade, sem proteção do Estado e com ausência de regulação pública”.

3 Breve histórico da classe média no Brasil

De acordo com Prieb (2012) a classe média apresentou peso econômico e político bastante decisivo na história recente do Brasil. Segundo Laumonier e Souza (2010) a classe média e, especialmente, seu braço militar teriam sido uma das forças motrizes da proclamação da república, da série de in-

surreições contra o poder econômico e políticos das oligarquias agrárias que pontilharam os anos 20, e por fim a revolução de 1930. “A classe média foi o substrato social ‘que animou e vivificou a pregação de idéias: progresso econômico, enriquecimento, ampliação e diversificação do trabalho brasileiro, técnica, iniciativa, renovação das classes dirigentes, reforma social’” (LAMOUNIER; SOUZA, 2010, p.9).

Com Juscelino Kubitschek, uma nova lógica de acumulação passa a favorecer o crescimento da classe média e este evento foi favorecido pela entrada de capital externo e pela chegada de empresas multinacionais com destaque para as montadoras de automóveis, estas que foram responsáveis pela política governamental de ampliação do sistema rodoviário com a construção de estradas por todo o país (PRIEB, 2012).

Fazendo uma retrospectiva acerca das transformações sociais ocorridas recentemente o Brasil, Pochmann destaca que o país conviveu com três dimensões diferenciadas de transformação social em apenas em 50 anos, a saber, de 1960 a 2010. A primeira delas, de acordo com o autor, ocorreu de 1960 a 1980 onde houve no país uma forte expansão do ritmo de crescimento da renda *per capita*, com crescimento anual de 4,6 ao ano. Mesmo havendo essa melhora a participação do rendimento de trabalho na renda nacional caiu 11,7%, enquanto o grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho aumentou algo em

torno de 22% no período supracitado (POCHMANN, 2012).

A partir de 1981 o autor assinala que houve um segundo processo de mudanças sociais no Brasil. Nesse período as condições sociais não foram favoráveis para o conjunto dos trabalhadores. De 1981 a 2003 o quadro geral observado foi demarcado pela estagnação do rendimento do conjunto dos ocupados, com variação anual positiva de somente 0,2% (Pochmman, 2012). “Em resumo, a situação geral do trabalho regrediu consideravelmente (-14), tendo em vista a elevação do emprego aberto e a proliferação de postos de trabalho de reduzida remuneração e alta informalidade contratual” (POCHMANN, 2012, pg.14).

Conforme Pochmann (2004), o país passou a registrar sinais expressivos de regressão ocupacional. “A elevada instabilidade nas atividades produtivas juntamente com a combinação perversa entre o a financeirização da riqueza e a inserção passiva e subordinada do Brasil na economia mundial aprofundou os efeitos deletérios sobre a classe média” (POCHMANN, 2004, p.3). Ao fim dos governos militares o país passou a registrar elevados índices hiperinflação, além de acentuado nível de concentração da renda e riqueza e dívida externa elevada.

Nos anos 90, os efeitos da desestruturação no mercado de trabalho tornaram-se mais evidente, pois o rumo da política econômica comprometeu o ingresso da população no nele (Gomes, 2005). “Os anos 90 afiguraram-se como importante ponto de inflexão na traje-

tória da economia brasileira. Já no início da década, deu-se início a um processo de desregulamentação da economia e sua abertura, além da retirada do Estado do campo produtivo (via privatizações) e contingenciamento do gasto público (GOMES, 2005, p.6)”.

Em 1994 com objetivo de estabilizar a economia, após algumas tentativas malogradas de estabilização, o plano Real deu um novo fôlego à classe média, pois a paridade da nova moeda com o dólar possibilitou que a classe média voltasse a consumir viagens ao exterior, bebidas e outros produtos importados. “Em 1994, iniciou-se também um *boom* econômico, apesar de taxas de juros reais muito altas. O *boom* teve sua origem no aumento dos salários reais” (MOURA, 2007, p.121).

4 Temos uma “nova classe média”?

No debate sobre a possível existência de uma nova classe média são levantadas questões relacionadas aos novos padrões de consumo desse grupo, as interações sociais das quais participam os seus integrantes. No centro dessas discussões serão desatacadas a visão de alguns autores acerca da nova classe média brasileira.

De acordo com Abílio (2011) o período das duas gestões do governo Lula apresentou uma significativa mudança na composição da estratificação por renda da sociedade brasileira. Esse processo é fruto de políticas que promoveram: “valorização do salário mínimo; queda da taxa de juros; ampliação do programa Bolsa-Família; queda

da taxa de desemprego; aumento do emprego com carteira assinada; elevação do rendimento dos trabalhadores (SICSÚ, 2013, p.40-44)". "A manutenção das taxas relativamente baixas de inflação tornou possível romper com o mecanismo de corrosão real dos salários; a recuperação do poder de compra do salário mínimo aumentou muito acima da taxa de inflação acumulada que foi de 251,3%" (FERREIRA FILHO; FONSECA, 2013, p.2). A expansão interna se dá mediante formulação e execução de políticas públicas, sobretudo a partir da formatação de uma rede de proteção social orientada para a redução das desigualdades sociais, para a criação de um mercado interno vigoroso e para a distribuição da renda (PINHO, 2011).

Ademais, a elevação do padrão de consumo de milhões de brasileiros, além do ingresso no ensino superior de outros tantos, a qualificação profissional, a criação de oportunidades, além de novas aspirações e valores teriam provocado o surgimento de uma nova classe média (POMAR; TIBLE, 2012).

Diante do que foi exposto como podemos definir, então, a nova classe média? Embora classe média seja um termo de uso comum, sua definição continua a desafiar os cientistas sociais. Se o conceito de classe média continua envolto em controvérsias o de nova classe média é ainda mais controverso. Uma das prioridades é colocar em discussão as definições existentes, suas bases teórico-conceituais e as formas como empiricamente têm sido operacionalizadas. Uma das visões a-

cerca da nova classe média é aquela que a interpreta como o segmento dos "entrantes", ou seja, aqueles que outrora eram pobres e que nas duas últimas décadas ascenderam verticalmente na pirâmide social. Segundo esta visão, a nova classe média é parte da atual classe média, sendo formada pelos novos "entrantes" (BARROS et al, 2010).

De acordo com Lamounier (2010) historicamente, a classe média tradicional teve relação umbilical com o serviço público. Era formada por funcionários do governo que tinham emprego estável e que tinham também uma perspectiva de aposentadoria muito favorável. Seu estilo de vida era bastante peculiar, inclusive no vestuário. A classe média de outrora também tinha acesso a boas escolas públicas. Já a classe C é bastante diferente. A "nova classe média" é um universo bem mais amplo. Não existe nela a mesma homogeneidade de valores, crenças políticas ou comportamentos sociais que há na classe média tradicional (LAMOUNIER, 2010). Ao contrário dos integrantes da classe média tradicional, que apenas almejavam reproduzir o status dos pais, em um universo mais ou menos estático, os filhos dessa "nova classe média" querem subir na vida, viver melhor, consumir mais (LAMOUNIER, 2013).

Lamounier e Souza (2010) ao apontar as transformações sociais ocorridas recentemente no país destacam que elas foram importantes para formação da nova classe média:

De fato milhões de brasileiros passam a experimentar a mobilidade social em um contexto de mudança no plano das identidades coletivas; mudanças que dizem respeito não apenas a taxas ou padrões individuais de mobilidade, mas ao próprio sistema de estratificação social (LAMOUNIER; SOUZA, 2010, p. 157).

Na temática referente à nova classe média os autores discutem questões acerca dos valores cultivados por esse grupo (religiosidade, empreendedorismo, capital social, consumo, aspectos políticos e etc.) e suas aspirações, além dos desafios econômicos que doravante enfrentarão a nova classe média.

Para Azevedo e Margedan Junior (2009) o grande aumento na renda das classes C e D causados pelo aumento real do salário mínimo, aposentadorias e proteção social melhoraram e muito a distribuição de renda. Segundo os autores supracitados o mercado de baixa renda que outrora concentrava seu consumo em bens de primeira necessidade, hoje apresenta grande potencial de consumo. Os autores atribuem papel fundamental ao crédito no processo de diversificação na pauta de consumo dos integrantes da base da pirâmide: “o crédito fácil possibilita a compra de bens antes exclusivos da classe média para cima, como DVDs, computadores e brinquedos mais caro. O Brasil possui um expressivo percentual de domicílios com televisores, o que leva esse consumidor a desejar o que vê na televisão” (AZEVEDO; MARGEDAN JUNIOR, 2009).

Azevedo e Margedan Junior (2009) abordam também questões referente a participação das pessoas das classes C, D, e E por estados e região. Segundo eles a população de baixa renda, com potencial de consumo é prioritariamente urbana e vive na periferia das grandes cidades com forte concentração nas maiores regiões metropolitanas e, em particular, nas de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas o aspecto chave na obra desses autores diz respeito ao comportamento do consumidor de baixa renda:

Para entender os motivos reais de uma compra é necessário reconhecer qual a verdadeira necessidade ou desejo dos vários tipos de consumidores e para isso recorreremos a psicologia, que já identificou diversos modelos de comportamento do consumidor (AZEVEDO; MARGEDAN JUNIOR, 2009, p.47).

Por isso tais autores lista alguns modelos que, segundo eles, determinam a estratégia que melhor se adaptará ao comprador potencial. Os modelos são: modelo de aprendizagem, modelo psicanalítico, modelo sociológico, modelo econômico, modelo de Maslow.

1 – Modelo de aprendizagem: esse modelo sugere que as necessidades são resultado da interação entre diversos impulsos (primários ou instintivos e aprendido), estímulos, sugestões, reações e reforços. Cada vez que existe uma necessidade existe um impulso instintivo de satisfazê-lo.

2 – Modelo psicanalítico: de concepção freudiana, esse modelo sugere que

o ser humano tem uma serie de impulsos sexuais não satisfeitos e que as decisões não-satisfeitas e as decisões tomadas procuram sua sublimação. Esse modelo é muito utilizado nos artigos comerciais.

3 – Modelo sociológico: o modelo sociológico determina que o comportamento humano é fortemente moldado pelo comportamento do grupo social a que o indivíduo pertence e pelas forças sociais que o envolvem. Em outras palavras, o consumidor acha que deve ter um comportamento semelhante (geralmente um pouco acima) ao de seus iguais. Isso que dizer que, se o individuo pertence a um grupo social – a galera – que costuma utilizar tais ou quais produtos e praticar tais ou quais atos, ele também de utilizá-los, se possível, até dos mesmos fornecedores.

4 – Modelo econômico: esse modelo determina que o consumidor, quando busca um produto, analisa, antes de tudo, uma melhor relação custo/benefício. A obtenção dessa relação custo benefício precisa ficar bem clara, pois, segundo uma ótica simplista, o consumidor buscaria sempre um preço menor, que, em muitos casos, não reflete a realidade.

5 - Modelo de Maslow: Maslow define que as necessidades não se verificam todas ao mesmo tempo, mas aparecem em grupos e de uma forma tal que as necessidades de um determinado grupo só surgem quando as necessidades do grupo anterior já estejam satisfeitas. A representação do modelo de Maslow é uma pirâmide, o que significa que todos os indivíduos têm as

necessidades do último grupo. E mais: a situação de um indivíduo, ou mesmo de um grupo de indivíduos, através da pirâmide, pode regredir, em função de um fator externo que venha a influenciar o indivíduo ou grupo, como aumento do nível de desemprego ou queda nos índices de confiança da população.

Salama (2012) destaca o fato de alguns economistas definirem os critérios de adesão a classe média levando em conta a distribuição de renda de um país, em particular, para definir o limite máximo. No entanto, na maioria das vezes os limites mínimos e máximos levam em conta a distribuição de renda. Pertencem à classe média, os indivíduos cujo rendimento é situa-se entre o 3 ° e o 9 ° decil, entre o 2 ° e o 4 ° quintil ;ou, finalmente, aqueles cuja renda seria entre o 3 ° e o 4 ° quintil. “Na mesma linha, outros referem-se a renda média: pertencem a indivíduos de classe média (famílias) cuja renda é estar entre 0,75 e 1,25 vezes a renda média , ou entre 0,5 e 1 5 do rendimento médio , ou, finalmente, mais amplamente, aqueles cuja renda é entre 0,6 e 2,25 vezes a renda média” (SALAMA, 2012).

Marcelo Neri (2012) sem duvida alguma é o maior entusiasta da nova classe média. Em seu livro “*a nova classe média o lado brilhante da base da pirâmide*” destaca que os avanços sociais em curso no país propiciaram a 40% da população ser incorporadas a classe C, e que tais avanços contemplaram, principalmente, os grupos sociais menos favorecidos: mulheres, negros,

analfabetos e pessoas de baixa escolaridade. Para o autor, a nova classe média está no contexto das políticas sociais em curso no país que tem ajudado a quebrar o chamado “ciclo geracional” da pobreza e o “símbolo” dessa nova classe média é o vínculo formal de trabalho, isto é, a carteira assinada. Ainda segundo o referido autor, essa classe média a “la brasileira” difere da europeia e norte-americana, mas é uma classe média mundial uma vez que a distribuição de renda no Brasil está muito próxima da distribuição de renda no mundo. Na metodologia adotada por Neri essa “nova classe média” engloba as faixas de renda situada entre 1.064 R\$ e 4.561 R\$ e para ele a “nova classe média” representa quase a metade da população nacional.

Entretanto o conceito de “nova classe média” utilizado por Neri e por alguns autores não tem sido aceito passivamente por outros estudiosos do tema. Souza (2013), por exemplo, declara que a construção do conceito de uma “nova classe média” carece de qualquer reflexão aprofundada. Para o referido autor, Neri simplesmente toma o “rendimento médio” como indicador da “nova classe média”:

O conceito de “classe econômica” é absurdo já que ou pressupõe que as determinações econômicas são as únicas variáveis realmente importantes para o conceito de classe ou, caso contrário, deveria simplesmente se referir a “faixas de renda” e não a ‘classes’ (SOUZA, 2013, p.56).

Sobre a questão referente a classes sociais duas visões destacam-se na literatura econômica, a saber, a marxista e weberiana. Para Marx a classe social remete a uma relação social com os meios de produção, relação esta que implica na necessidade de esses indivíduos se organizarem politicamente numa espécie de comunidade para que a classe se efetive. De acordo com Pereira (2012) as classes sociais, na literatura marxiana, figura lugar privilegiado na sua análise, e é estrutura movida e movente da história. Para Oliveira (2011) na análise teórica, Marx concebe a existência do modo de produção capitalista em estado puro onde as classes se reduzem à burguesia e ao proletariado em um modelo dicotômico:

A estrutura de classes no modo de produção capitalista que podemos retirar de Marx está vinculada a sua concepção materialista da história. A relação fundamental é a relação dos produtores diretos da riqueza social, os proletários, e os apropriadores do excedente econômico, os donos dos meios de produção, os capitalistas (PEREIRA, 2012, p. 29).

Segundo Weber, o conceito de classe social se refere à ordem econômica da sociedade. De acordo com Lemos (2011) classe social é definida como um grupo de indivíduos que tem em comum um componente causal representado exclusivamente por interesses econômicos e em condições determinadas pelo mercado de bens ou de trabalho. Ainda segundo o referido au-

tor para Weber classe social é definida por um número de pessoas que comungam em suas oportunidades de vida, um mesmo componente causal específico. Esse componente é exclusivamente representado por interesses de cunho econômico da posse de bens, das oportunidades de renda, das condições do mercado de produtos e do mercado de trabalho. “A situação de classe é, então, definida pelo tipo de propriedade utilizada para a obtenção do lucro e pelos tipos de serviços oferecidos no mercado. Logo, as categorias básicas que a orientam são proprietários e não-proprietários. Como o fator que cria a classe é um interesse econômico claro vinculado à existência no mercado, a “situação de classe, nesse sentido, é, em última análise, situação no mercado (LEMOS, 2011 *apud* WEBER, 1974)”.

Na visão de Pochmann não há no país uma nova classe média. Embora o autor destaque a importância dos avanços sociais obtidos pelos grupos que ocupam a base da pirâmide social, ele afirma ser um equívoco entender a elevação de renda como mudança de classe social. O autor então afirma não apreciar o conceito de classe A, B, C, D, e E. Para ele este é um critério que normalmente as empresas adotam, analisando o nível de renda dos consumidores. Em face disso, Pochmann declara preferir os critérios weberianos e marxistas para observar a estrutura de classes numa sociedade (RIZZOTO, 2013). De acordo com Kopper (2014, p.13):

“O estudo coordenado pelo economista Marcio Pochmann (2012) questiona a pertinência do conceito de “nova classe média” para dar conta desses processos recentes de mobilidade social. Baseando sua análise na estrutura de ocupações da população, o autor sugere, desde uma perspectiva marcada pelo marxismo, que poucas mudanças em termos de estratificação social foram efetivamente observadas ao longo da última década no país”.

Singer (2012) também aponta os avanços sociais ocorridos fruto das políticas sociais focadas na população mais carentes por meio de programas sociais como bolsa família, aumento do crédito consignado e aumento do salário mínimo. Porém, o autor descarta a tese de que temos no país uma “nova classe média”, visto que para ele o país está longe de um processo de distribuição de renda pleno emprego e por esta razão acredita na existência de um novo proletariado ou subproletariado. De acordo com o referido autor o que houve no país foi um “reformismo fraco”, pois ao mesmo tempo em que governo implementou uma importante política de combate a pobreza, manteve políticas macroeconômicas conservadoras como o “tripé”: alto superávit fiscal, altas taxa de juros, regime de metas de inflação:

Teria havido, a partir de 2003, uma reorientação que permitiu, contando com a mudança de conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza – com destaque para reduzir a pobre-

za – e para ativação do mercado interno, sem confrontação com capital (SINGER, 2012, p.13)”.

Segundo o Jessé de Souza o processo de modernização brasileiro não constitui apenas as novas classes sociais que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos que se apropriam de forma diferente dos capitais culturais e econômico. Contempla também uma classe inteira de indivíduos que além de ser desprovida de capital cultural é também econômico é também desprovida das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação (Souza, 2010).

Uma fração expressiva dessa classe social é chamada pelo autor provocativamente de “ralé estrutural”. Ela é sempre esquecida como classe com gênese e destino comum, e só é percebida no debate público como um conjunto de indivíduos carentes ou perigosos, tratados de forma fragmentaria e por temas de discussões superficiais, dado que nunca chegam a sequer a nomear o problema real, tal como violência, segurança pública, problema da escola pública, carência da saúde pública, combate a fome e etc. (Souza, 2010). Ainda de acordo com Souza (2010) a família típica da ralé caracteriza-se como sendo monoparental, com mudança frequente do membro masculino, associado ao fato de haver nela casos de abuso sexual sistemático. A nela também outra questão importante que é o fato de ser caracterizada por uma cisão que corta essa classe ao

meio entre pobres honestos e pobres delinquentes (SOUZA, 2010).

Já a outra parte desse grupo social é chamada pelo autor de “os batalhadores”, em contraponto a ideia de “nova classe média”. Segundo ele, vários batalhadores são oriundos da ralé, para a qual os fatores destrutivos puderam ser compensados de algum modo eficaz – e conseguiram a duras penas a ascensão material e alguma dose de autoestima e de reconhecimento social (SOUZA, 2010).

Observando a sociedade brasileira Unger elaborou uma importante taxonomia sobre os estratos socioeconômicos existente no país hoje. Nos seus estudos Unger descreve que a sociedade brasileira está dividida em cinco categorias.

A primeira categoria é a classe média tradicional, e esta sempre foi o agente político decisivo na história do país. Tudo de mais importante que ocorreu na história brasileira, segundo este autor, aconteceu nos momentos em que a classe média tradicional se desgarrou na plutocracia de orientação colonial e passou a protagonizar outra ideia de futuro colonial no Brasil em nome de todos.

A segunda categoria é a segunda classe média, esta que é formada por uma pequena burguesia emergente e empreendedora.

No que tange a “orientação espiritual” da segunda classe média ela consiste na cultura do auto-salvamento e na descrença nas estruturas. Segundo Unger (2010) não se trata de uma teologia da prosperidade, mas sim de uma teo-

logia da secessão, que consiste em sair do mundo macro para o micro:

Se o mundo maior é caracterizado pelo conúbio da troca, da prepotência e do sentimento, cuja fórmula básica é a “sentimentalização das trocas desiguais”, o micro mundo será caracterizado pela disciplina, pelo autocontrole, pela prospecção, pela confiabilidade, o cumprimento das promessas e o preparo do futuro (TEXEIRA, 2013, pg.21).

A terceira categoria é os assalariados da economia formal que inclui o setor intensivo em capital e a quarta é a dos Batalhadores. Já a quinta é a ralé brasileira, chamada, assim, provocativamente os excluídos do Brasil.

5 Conclusão

Pode-se inferir nas análises dos autores que são contrários a concepção da nova classe média brasileira, que eles apresentam tal posicionamento, haja vista estarem ligados a tradição marxista. Destarte, o debate referente à estrutura social no Brasil deverá passar, para tais autores, pela questão da luta de classes. Embora tais análises sejam importantes, uma vez que ela nos leva refletir sobre os problemas sociais que ainda há no Brasil deve-se observar que há questões presentes nelas que são passíveis de ponderações. O fato de haver mazelas no Brasil, por exemplo, a despeito do progresso material que vivenciamos nos últimos anos, não é motivo para afirmarmos que temos apenas sub-

proletariado, batalhadores e ralé. Ao fazer tais conclusões, não é observado que a NCM é um universo bastante heterogêneo, fato que conduzem tais autores a conclusões precipitadas.

Ademais, neste debate deve considerar que a estratificação social no Brasil contempla uma nova classe média empreendedora, visto que a “mudança mais importante por que vem passando a sociedade brasileira é o surgimento de nova pequena burguesia: uma classe média sedenta de oportunidades, dedicada à auto-ajuda econômica, educativa e espiritual e impaciente com as imposturas dos políticos, a frivolidade dos ricos e a irrelevância dos intelectuais” (Unger, 2014.pg.2).

Mas do que questões de cunho objetivo que devem estar presente nesta temática há também questões subjetivas importantes a ser consideradas, como o capital cultural e humano, por exemplo, como aponta alguns defensores da nova classe média brasileira.

Referências

- ABILIO, L. C. **A nova classe média vai ao paraíso?** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area11/area11-artigo7.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo desenvolvimentismo uma proposta para economia do Brasil. **Revista Nueva sociedad em português**, ISSN: 0251-3552, dez. de 2010. Disponível em: <www.nuso.org>
- BELUZZO, L. G. de M. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos**

mercados “globalizados”. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?>. Acesso em: 10 abr. 2014.

GUERRA, A. ET AL. **Classe média desenvolvimento e crise**. São Paulo: Cortez, 2006.

FERRARI FILHO, F; FONSECA, P. C. D. Qual desenvolvimento? **Uma proposição à la wage-led keynesiano-institucionalista**. Disponível em: <<http://econpapers.repec.org/paper/anpen2013/024.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2014

KOPPER, M. Antropologia e Classes Sociais no Brasil Contemporâneo. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

LAMOUNIER, B; SOUZA, A. de. **A classe média brasileira ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LAMOUNIER, B. Entrevista Bolívar Laumonier. Consensus entrevista, 2013. Disponível em: <<http://www.augurium.com.br/wpcontent/uploads/2013/05/revistaconsensus.pdf>>. Acesso em: 20 de abr. 2014

MOURA, A. R. PAEG e. **Real dois planos que mudaram a economia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

Neri, M. **“A nova classe média o lado brilhante da base da pirâmide”**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

OLIVEIRA, F. L. de. **A nova classe média brasileira**. Disponível em: <<http://www.pensamientoiberoamericano.org.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

POCHMANN, M. **Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites**. [Nota

técnica]. IPEA, mercado de trabalho, agosto de 2004.

POCHMANN, M. **O trabalho na base social da pirâmide**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRIEB, S. A. M. **A classe média diante da crise. Um estudo comparado entre Brasil e Portugal**. In: VII colóquio internacional Marx e Engels.

RIZZOTO, P.M. **Marcio Pochmann critica conceito de nova classe média**. Disponível em: <http://brasileconomico.ig.com.br/ultimasnoticias/aumento-de-renda-nao-si-gnifica-elevacao-social_136854.html>. Acesso em: 25 abr. 2014.

SALAMA, P. **Les classes moyennes peuvent elles dynamiser la croissance du PIB dans les économies émergentes?** Disponível em: <www.fmsh.fr/fr/c/4904>. Acesso em: 28 abr. 2014.

SICSÚ, J. **Dez anos que abalaram o Brasil. E o futuro?** São Paulo: Geração, 2013.

SICSÚ, J; PAULA, L. F. de; MICHEL, R.. Por que um novo-desenvolvimentismo? **Jornal dos Economistas**. n. 186, p. 3-5, 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda.pdf/novo-desenvolvimentismo_jornal-.pdf>.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

WANDERLEY, L. A. Globalização contemporânea e novas tecnologias: uma leitura arrighiana. **Revista de Economia**, UFPR, v. 37, n. 1, p. 33-57, jan./abr. 2011.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted

ed use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo recebido em 03 de janeiro de 2015.

Aceito em 25 de fevereiro de 2015.